

# Orçamento do Estado de São Paulo

A primeira noção importante do orçamento público que deve ser apresentada é a de que ele é:

- Um instrumento de controle democrático sobre os governos, estabelecido pelo conjunto de normas sobre os procedimentos para o Estado arrecadar e gastar (incluindo todos os requisitos de transparência)
- Um instrumento de planejamento e racionalização da ação pública, estabelecido pelos requisitos prévios para autorizar ações de receita e despesa.

O modelo orçamentário vigente atualmente no Brasil foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988, que fixou uma organização geral para o processo a partir da hierarquia de três leis ordinárias: a Lei do Plano Plurianual (**PPA**), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (**LDO**) e a Lei Orçamentária Anual (**LOA**). A elaboração, planejamento e Execução Orçamentária é feita pelo poder **Executivo**, enquanto a etapa de aprovação é realizada pelo poder **Legislativo**.

Leis Orçamentárias:

1. Plano Plurianual (**PPA**), é o mais abrangente, tem a função de fixar as diretrizes, objetivos e metas para as despesas públicas, com duração de 4 anos (do segundo ano da gestão atual ao primeiro da próxima).
2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (**LDO**), estabelece as prioridades e metas para o exercício seguinte, relata os principais riscos e fixa metas fiscais.
3. Lei Orçamentária Anual (**LOA**), contém a previsão da receita e o detalhamento da despesa para o exercício seguinte.

Neste relatório iremos abordar os dados dos últimos 10 anos da **LOA**, com um enfoque nos valores autorizados para 2020.

## Orçamento dos últimos 10 anos

O gráfico a seguir apresenta os valores autorizados do Orçamento Público do Estado de São Paulo dos últimos 10 anos e os valores corrigidos com o índice IPC-SP(FIPE).

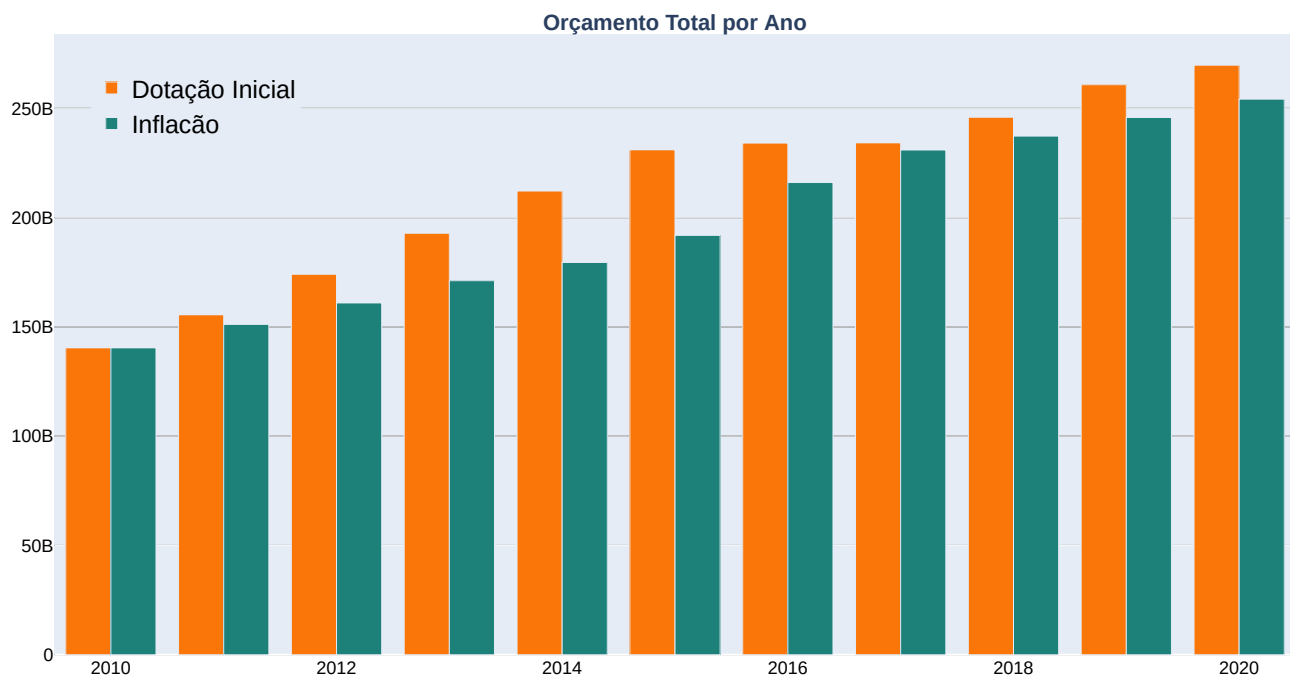


Figura 1: Valores atualizados do Orçamento Público do Estado de São Paulo dos últimos 10 anos e os valores corrigidos pela inflação utilizando o índice IPC-SP(FIPE)

Nos últimos 10 anos o orçamento recebeu aportes acima da inflação. Durante o período de 2010 a 2015 os aumentos anuais eram consideravelmente maiores que a inflação, nos anos de 2016 e 2017 o orçamento foi praticamente congelado, retomando o crescimento em 2018. O crescimento após 2018 tem se mostra mais tímido que o da primeira metade da década de 2010, esse comportamento evidencia os impactos da crise econômica na qual o Brasil vivencia.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos valores autorizados do Orçamento Público dos últimos 10 anos quanto aos grupos de despesa.

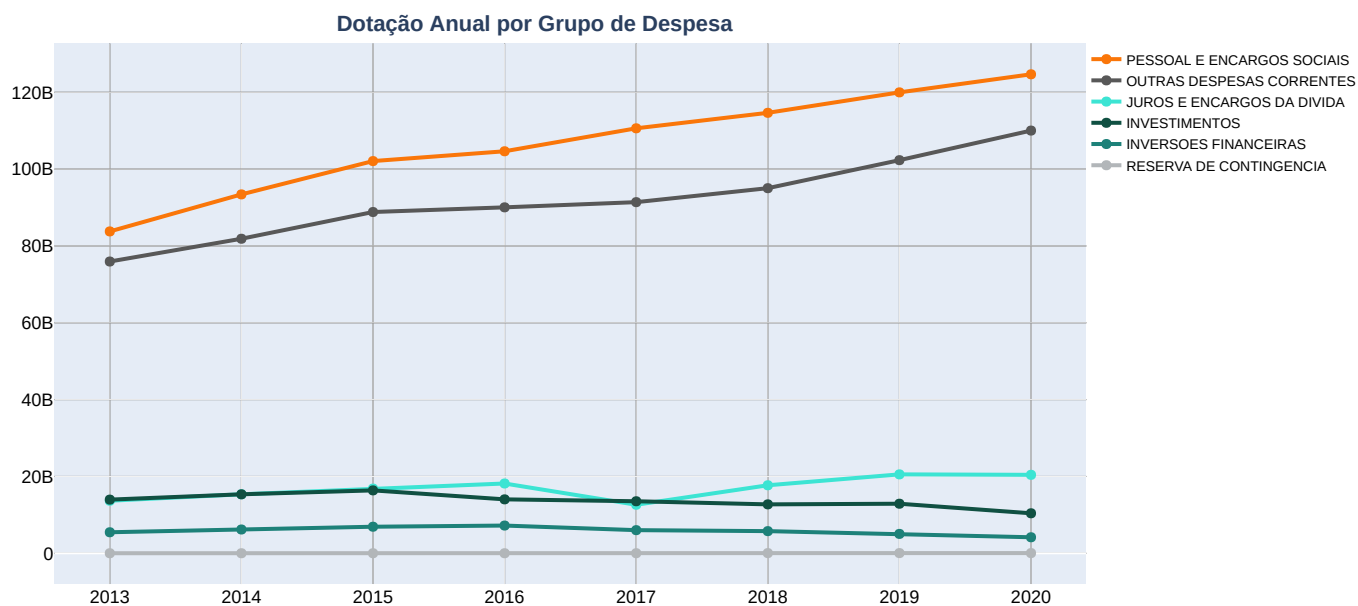


Figura 2: Orçamento Publico do Estado de São Paulo dos últimos 10 anos quanto aos Grupos de Despesa

Nos últimos 10 anos apenas os grupos Pessoal e Encargos Sociais (pagamento de salários e aposentadorias) e Outras Despesas Correntes (manutenção das atividades dos órgãos, exemplos: material de consumo, passagens e despesas de locomoção, serviços de terceiros, auxílio alimentação etc) tiveram aumento significativo. O grupo de Investimentos tiveram um decréscimo em no mesmo período de tempo.

O gráfico a seguir apresenta os dados dos órgãos com os 5 maiores orçamentos dos últimos 10 anos.

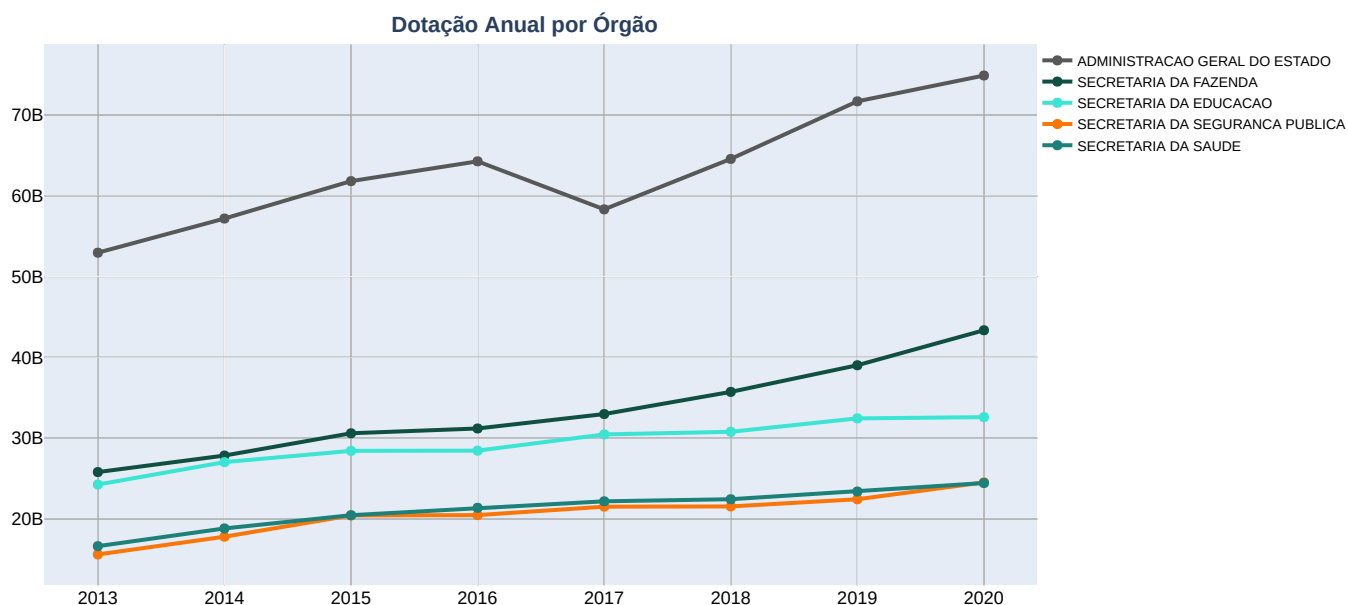


Figura 3: Orçamento Publico do Estado de São Paulo dos últimos 10 anos quanto aos Órgãos de Governo

O órgão com maior orçamento é a Administração Geral do Estado que comporta ações como Transferências Financeiras a Municípios, Pagamento da Dívida Pública Interna e Externa entre outras.

Na secretaria da Educação, cerca de 56.7% é destinado a gastos com pessoal, 42.3% com outras despesas correntes (majoritariamente FUNDEB) e 1.0% com investimentos. Na Segurança Pública o gasto com pessoal representa 91.0%, outras despesas correntes com 7.8% e investimentos 1.2%. Na secretaria da Saúde esses valores invertem, sendo o maior gasto com outras despesas correntes com 69.7% do orçamento do órgão, o gastos com pessoal são de 27.5% e investimentos 2.8%. O crescimento das áreas da Educação, Saúde e Segurança tiveram um crescimento significativamente menor que a Secretaria da Fazenda e Adm. Geral do Estado, chegando a ter decréscimos em alguns anos.

O destaque fica para a Secretaria da Fazenda que a partir de 2017 teve crescimento maiores que as demais áreas. De todo o orçamento 94.9% é destinado ao pagamento de pensões e aposentadorias e 5.1% com outras despesas correntes, tanto os pagamentos quanto as despesas correntes estão sob a administração da São Paulo Previdência (SPPREV).

## Orçamento 2020

Para o exercício de 2020, a dotação autorizada foi de R\$ 239 bilhões, que representa um aumento de 3.5% em relação ao ano anterior.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos valores autorizados em 2020 quanto ao grupo de despesa.

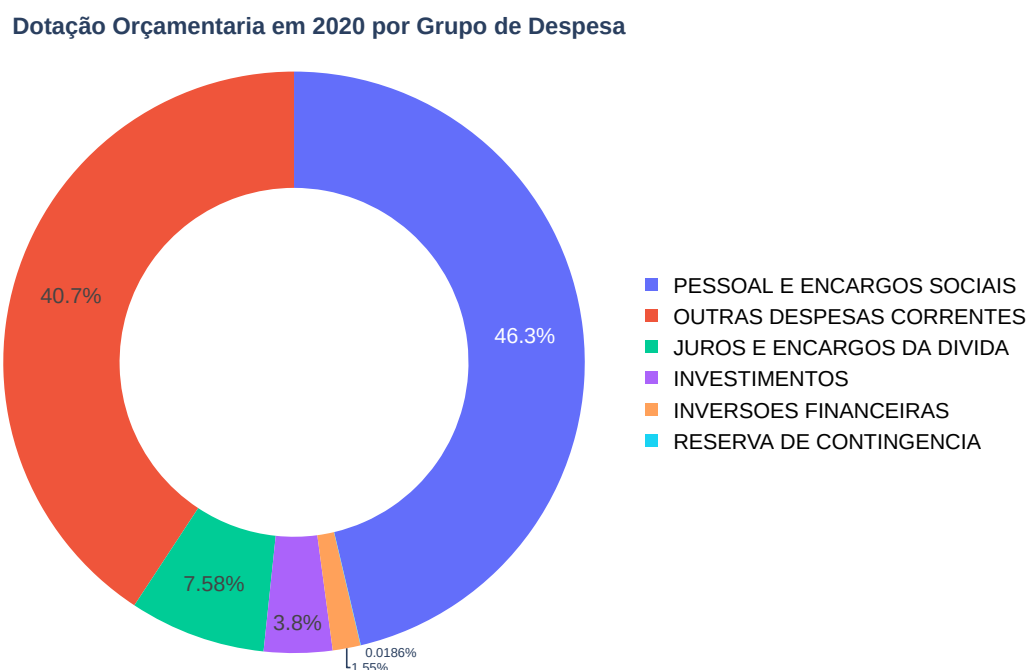


Figura 4: Distribuição dos valores autorizados em 2020 quanto ao grupo de despesa

O grupo de maior representatividade foi o de Pessoal e Encargos Sociais, cujo valor em 2020 atingiu R\$ 124.62 bilhões (46.3% do total). O grupo de Reserva de Contingencia representa o menor valor, com R\$ 50 milhões. Os únicos grupos que tiveram aumentos em relação ao ano anterior foram: Pessoal e Encargos Sociais com aumento de 0.47% e Outras Despesas Correntes com aumento de 2.11%.

Vale notar a baixa capacidade de investimentos do Governo, com apenas 3.8% de todo orçamento.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos valores autorizados em 2020 quanto aos órgãos de governo.

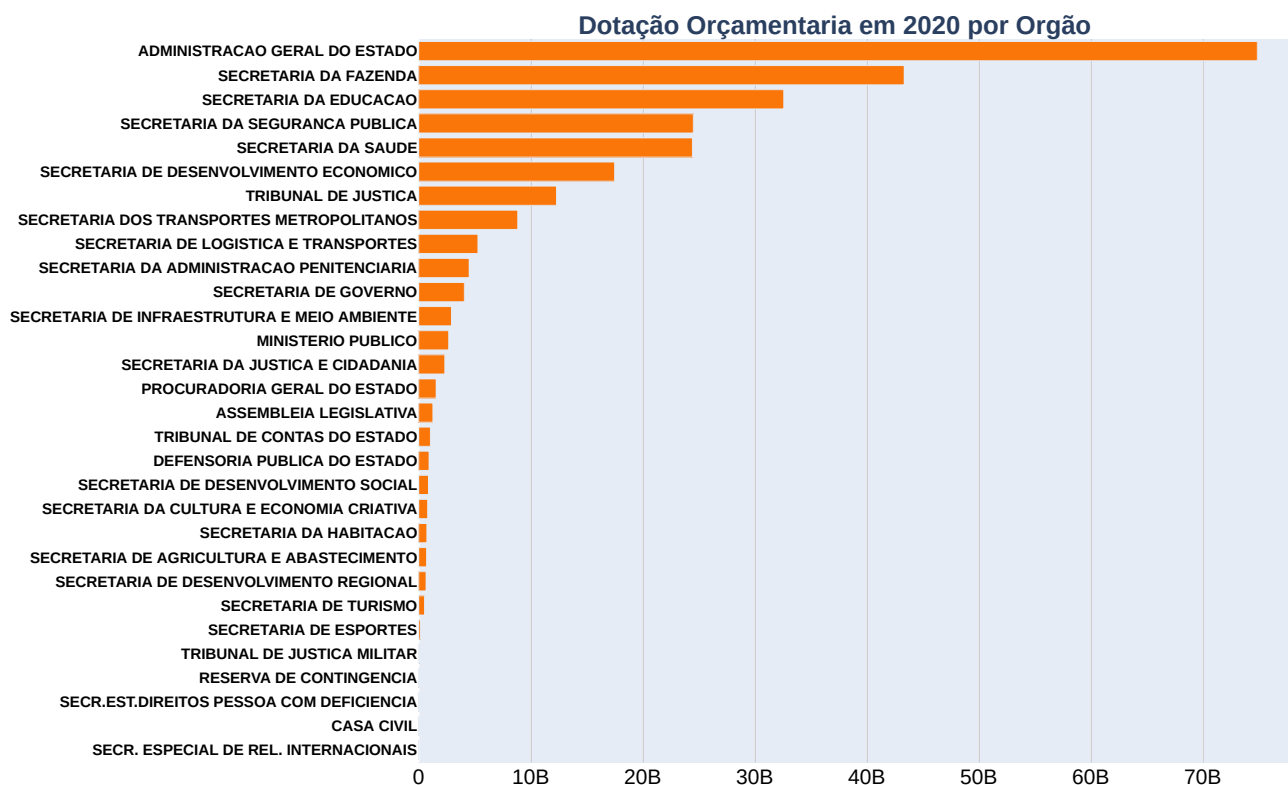


Figura 5: Distribuição dos valores autorizados em 2020 quanto aos órgãos de governo

A Administração Geral Do Estado representa o maior volume dos gastos com R\$ 74.86 bilhões (27.76% do total), dos quais R\$ 47.5 bilhões são Transferências financeiras a municípios e R\$ 20.2 são juros e encargos da dívida.

As secretarias da Saúde , Segurança Publica e Adm. Geral do Estado permaneceram com praticamente o mesmo percentual em relação ao ano anterior. A secretaria da Educação teve uma redução de 0.34% em relação a 2019, esse comportamento vem se repedindo desde 2017. Em contra partida os gastos com a secretaria da Fazenda são os únicos que continuam a crescer em um ritmo acelerado desde 2017, em 2020 ouve um aumento de 1.17% em relação a 2019.

Esse comportamento dos gastos da secretaria da Fazenda é ao fato dela comportar os gastos com a previdência dos servidores públicos, que vem aumentando seu deficit em 3 bilhões por ano.